

## A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA IMPRENSA DE UBERLÂNDIA, MG, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

José Carlos Souza Araujo

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Uberlândia

A construção da profissionalização docente, em sentido moderno, já ultrapassa quinhentos anos. Historicamente, é uma profissão que passou pela regulação religiosa entre os séculos XV e XVIII, e a partir do século XIX tem sido predominantemente regulada pelo Estado. Ao largo dessa longa construção histórica, a busca por sua razão de ser, em sentido fundante, enveredou por ideologias, representações e utopias das mais diversificadas, passando, por exemplo, pelo exercício profissional docente vinculado concepcionalmente ao exercício do sacerdócio, pela defesa da educação pública como vantajosa em relação à educação doméstica, pela defesa da disciplina como central no processo da educação escolar, pela defesa da educação fundada na liberdade, pela necessidade da educação integral, pela sustentação da educação como reconstrução da experiência, etc.

A formação do professor, embora reclamada desde os albores da Modernidade, foi somente institucionalizada, na Europa, a partir dos fins do século XVII. Alguns exemplos podem ser aqui lembrados. O primeiro é de Lutero, que sustenta num texto publicado em 1524 de que para “*ensinar e educar bem as crianças, é necessário gente especializada*” (2000, p. 18).

Um outro exemplo de reivindicação de que o educador devesse ser formado se apresenta numa das obras de Erasmo de Roterdã (1460-1536), intitulada *De Pueris*, publicada em 1529. Em referência à formação do professor, sustentava que tal empenho “*deveria ser de ordem pública, seja por parte das autoridades profanas, seja por parte dos próceres eclesiásticos. Tal como se preparam indivíduos para lutar em linha de combate e os que cantam nos templos, assim, com maior dedicação, dever-se-ia preparar aqueles que vão formar os filhos dos cidadãos na linha da retidão e da liberdade* (ERASMO, 1996, p. 47).

A primeira experiência de formação docente que se tem notícia é de responsabilidade de Charles Démia, um abade francês, que viveu entre 1636 e 1689. Em 1678 funda uma escola normal, que não sobrevive à sua morte. Também é dos finais do século XVII, a iniciativa de Jean Baptiste de la Salle (1651-1719), francês, fundador da Congregação dos Lassalistas, que funda em 1688 uma escola de formação de professores. Uma de suas obras pedagógicas, *Conduta das Escolas* (1993), resultante de vários anos de experiência, é fundamentalmente prescritiva com relação à ação do professor, mas marcantes na configuração do ser professor.

No Brasil, a formação do professor inicia-se a partir da implantação das Escolas Normais ainda na primeira metade do século XIX. Na Província de Minas Gerais, ao final do período imperial, que contava com uma população de dois milhões e meio de habitantes, haviam oito escolas normais para uma superfície de 574.855 km<sup>2</sup>: Ouro Preto (trata-se da primeira, e é de 1840), Diamantina (instalada em 1879), Paracatu (1880), Montes Claros (1880) e Uberaba (instalada em 1882), Campanha (1882), Sabará (1881), São João Del Rei (1883). Conforme informações estatísticas, haviam em 1888, 576 alunos nas oito escolas normais referidas há pouco (cf. ALMEIDA, 1989, p. 289).

Em relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 02/08/1883, Antonio Gonçalves Chaves, então Presidente da Província de Minas Gerais, apresenta uma avaliação que se pretende comparativa a quase 50 anos anteriores a 1883, bem como apresentando dados estatísticos significativos: para uma população escolar presumível em mais de 337.000 alunos, a freqüência atingiria somente a um pouco mais de 7%, ou seja 24.700 alunos, porém 39.755 constituem o número dos matriculados. Tais dados devem ser pensados em correlação com as oito escolas normais existentes no período.

Especificamente com relação às escolas normais, a exposição ocupar-se-á de quatro avaliações de Presidentes da Província de Minas Gerais nos anos de 1871, 1883, 1888 e 1889.

Em Relatório apresentado em 02/03/1871 à Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais, o Presidente da Província, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, assim se pronunciava a respeito das escolas normais:

*A criação de escolas normaes é de urgente necessidade: os professores não se formão por despachos de nomeação, nem se habilitão por ligeiros exames em logares remotos, em que muitas vezes não há quem esteja no caso de ser juiz de sua aptidão, ou si há, mora distante e não se presta no momento determinado. Eu não comprehendo como se pretenda ter bons professores, sem dar-lhes escolas normaes, em que previamente estudem com perfeição as materias que tem de ensinar (p. 33).*

Em Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, de 02/08/1883, Antonio Gonçalves Chaves, então Presidente da Província, através do relato anexo da Inspeção Geral da Instrução Pública em Minas Gerais, assim se pronuncia:

*Constituindo a difusão do ensino primário a preocupação actual de todos aqueles que se interessão verdadeiramente pelo engrandecimento e futuro de nossa provincia, e de annualmente a assemblea provincial a criação de escolas publicas, era de summa*

*importancia que se procurasse formar um corpo de professores capaz de comprehender a delicada e grave tarefa, que lhe é confiada, de dirigir as gerações novas e lhes ensinar os seus deveres de homens e de cidadãos. D'hai a criação desses estabelecimentos, sob a denominação de escolas normaes, destinados á formação do verdadeiro mestre-escola são dignos de todos os sacrificios pela elevada missão, que lhes é reservada. Comprehendendo o valor de uma instituição de tamanha utilidade, os nossos legisladores, levados por legitimo zelo em favor da instrucção publica e sem consultar as possibilidades orçamentarias, tem elevado o numero das escolas normaes da provincia além do que era de necessidade (p. 33).*

Em 01/06/1888, o Presidente da Província de Minas Gerais, então em exercício, Luiz Eugenio Horta Barbosa dirige uma fala à Assembléia Provincial nos seguintes termos:

*As oito escolas normaes que funcçionam na provincia não têm correspondido em resultado ao que de semelhantes instituições se devera esperar; para que não sejam improficuos os sacrificios que com ellas faz o cofre provincial, convém reformal-as, restringindo-lhes o numero, de modo a ser possivel dotal-as de pessoal docente habilitado, sufficientemente remunerado, dispondo de conveniente material de ensino, e dirigido por pessoas que tenham especiaes conhecimentos e aptidões (p.11).*

Em fala à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião da instalação da 2<sup>a</sup> sessão da 27<sup>a</sup> legislatura em 04/06/1889, - portanto ainda sob o regime imperial -, o 1<sup>o</sup> Vice-Presidente da Província, Barão de Camargos, assim avalia as escolas normais:

*Estes estabelecimentos, d'onde deveriam sahir professores habilitados que elevassem o nivel da instrucção primaria tão abatida presentemente, não têm produzido os resultados que delles se deveriam esperar. Dirigidos pelos inspectores municipaes, que, por mais zelosos que sejam no desempenho do cargo, jamais exercerão sobre elles uma inspecção severa e constante, visto demarndar isso tempo e trabalho, continua o ensino nos mesmos confiados quasi exclusivamente á boa vontade dos professores, dos quaes nem todos sabem cumprir bem os seus deveres. Nota a inspectoría geral que as provas por que passam os alumnos nos exames annuaes são julgadas com demasiada benevolencia, decorrendo d'hai o grande mal de serem collocados no magisterio professores pouco preparados garantidos por um diploma de presumida capacidade [...] (p. 19).*

Tais posicionamentos demonstram sérias dificuldades no campo da formação do professor: esta não se realiza por despacho nem por exames; é necessário ao professor estudar os conteúdos

que irá lecionar; é necessário constituir um corpo docente devotado à compreensão da tarefa de formar as novas gerações tendo em vista formá-las para serem humanas e cidadãs. Daí o esforço governamental mineiro em elevar o número de escolas normais além do necessário, como vimos afirmado acima.

No entanto, o posicionamento de 1888 assevera a não correspondência das oito escolas normais de então, ensejando propor reformá-las: trata-se de reduzi-las em número, constitui-las com pessoal docente qualificado, melhor remunerado, dotado de material de ensino adequado, e dirigido por pessoas qualificadas. Todavia, o espírito de tal proposta tem como motivo os sacrifícios do erário público. O posicionamento de 1889 também avalia a não correspondência da formação propiciada pelas escolas normais, asseverando críticas aos inspetores municipais.

A questão sobre a formação do professor continua a ser objeto de várias reformas legislativas no campo da educação mineira (cf. MOURÃO, 1962) nas primeiras décadas do século XX. Porém, tal panorama avaliativo advindo do período imperial não se altera. Como a legislação educacional mineira não é objeto deste, e sim a discussão educacional na imprensa, as matérias jornalísticas testemunharão, ainda que parcialmente, o teor relativo à formação do professor.

O município de Uberlândia, MG, denominado por São Pedro de Uberabinha até 1929, nasce em 1888, depois de um período de 36 anos como distrito, e está localizado no Triângulo Mineiro, na região oeste do Estado. O desenvolvimento da imprensa local se dá a partir de 1897. Nela veicularam temas educacionais de variadas tonalidades: pensamento educacional, idéias pedagógicas, instituições escolares, políticas educacionais (nacional, estadual e local), disciplinas escolares, métodos de ensino, papel do professor, etc. A formação do professor também é tema de debate na imprensa uberlandense. Trata-se aqui de resgatar, tendo em vista uma interpretação, tal debate nas primeiras décadas do século XX. Tal exposição basear-se-á em painelizar algumas amostras a respeito do tema em pauta em dois jornais uberlandenses: *O Progresso*, que circulou entre 1907 e 1914, e *A Tribuna*, veiculado entre 1919 e 1942.

Já em 1908, *O Progresso* critica, em defesa do professor, práticas familiares relativas ao seus filhos, os quais teriam qualidade para a realização dos exames:

*É rarissimo que o professor primario, nas cidades e villas do interior, possa ver coroados os seus esforsos, com a aprovação dos alumnos mais adiantados nos exames de fim de anno, porquanto, logo que seu grande adiantamento os coloca em condições de fazerem um bom exame, os pais os retiram da escola e o pobre professor passará aos olhos do inspetor techinco, por um inépto ou faltozo cumprimento de seus deveres* (INSTRUCÇÃO primária. *O Progresso*, Uberabinha, MG, ano 1, nº 22, 16/02/1908, p. 1).

No mesmo ano de 1908, há uma reclamação na imprensa com relação à ausência de professores em Santa Maria - atualmente ainda um distrito de Uberlândia, MG -, dado que é uma pequena povoação que não oferece comodidades. Observe-se que a reportagem em pauta faz a defesa de que a alternativa é contratar professores que não preencham as formalidades presentes na legislação educacional em vigor:

*Ora, os professores normalista, ou habilitados de accordo com o regulamento não se sujeitam a vir leccionar em um pequeno burgo como Santa Maria que cintanto tenha uma população bastante densa, não offerece ainda certas condições de vida e commodidade dos grandes centros, de maneira que a não se aproveitarem os professores que ainda que, sem prehencherem as formalidades regulamentares, mostrem bastante dedicação ao ensino, ficará a mocidade das pequenas povoações, condenada a arrastar eternamente a pesada grilheta da ignorancia (SEMPRE na brecha. O Progresso, Uberabinha, MG. Ano 2, nº56, 11/10/1908, p.1).*

Uma reportagem de 1909, também no referido jornal, expressa uma fala exemplar em vista de uma avaliação da educação escolar em Minas Gerais. Sua referência a Carvalho de Brito, então Secretário do Interior, sob o governo de João Pinheiro - responsável pela instauração dos grupos escolares em Minas Gerais na segunda metade de 1906 -, lhe propicia elogios mas, em relação à temática docente, retoma referência já feita anteriormente com relação às práticas dos pais dos alunos em subtrair aos seus filhos a escolarização, atribuindo responsabilidades aos professores:

*Emquanto a ignorancia fôr uma instituição na sociedade, o progresso ha de ser tambem uma illusão no espirito do povo. E' devèras extraordinario o nosso atrazo em materia de instrucção, mesmo elementar. Basta considerar que Minas, este colosso de cerca de cinco milhões de habitantes, dá por anno promptos nos cursos primarios poucas centenas de alumnos, mesmo depois da brilhante reforma Carvalho Britto; porque, como acima fizemos sentir, a maioria dos alumnos que frequentam as escolas não completam o curso regulamentar, facto este que se verifica em quasi todas as localidades, já não dizemos só do Estado de Minas, em quasi todas as povoações do Brazil. Os pais retiram os filhos das escolas, apenas estes sabem ler e escrever mal, sem se importarem com a incompleta aprendisagem delles no ponto em que os retiram do ensino escolar, não poucas vezes queixando-se injustamente dos pobres professores primarios. (EM PROL da instrucção. O Progresso, Uberabinha, MG, ano 2, nº 99, 04/08/1909, p.1).*

A discussão na imprensa sobre a necessidade de uma Escola Normal em Uberlândia já aparece em 1912, por ocasião de uma conferência proferida na cidade pelo abaixo referido Dr. Silvino, e noticiada no jornal *O Progresso*:

*Como bases [bases] primordiais do nosso progresso salientou a obrigação dos governos da União e dos Estados de promoverem por todos os meios a instrução do povo, não se limitando ao ensino das primeiras letras, mas guiando-se também na prática de todos os ramos da actividade, na artes, sciencias, industria e agricultura. Falando sobre instrução lembrou o dr. Silvino que, tendo o governo do Estado resolvido a criação de uma Escola Normal no Triangulo, devia-se pedir lhe para que fosse esta estabelecida em Uberabinha, visto como Uberaba ja tem sido por demais beneficiada pelo governo com diversos estabelecimentos publicos e de instrução, ao passo que Uberabinha, modestamente encolhida na sua obscuridade, vai deixando desaproveitados os valiosos dons de que dispõe, pelo seu clima, pela uberdade de seu territorio e até pela sua posição geographica, mais no centro do Triangulo (UM CONFRONTO. O Progresso, Uberabinha, MG, ano 5, nº 244, 22/ 06/1912, p.1).*

Na semana seguinte, o mesmo jornal retoma a necessidade da Escola Normal na referida cidade. Depois de elogiar a esta pelo seu clima, por ser dotada de uma via férrea, caberia ao governo estadual contribuir ao seu progresso promovendo o desenvolvimento da instrução pública. Nesse ano de 1912, já havia sido criado através de decreto o primeiro grupo escolar que viria a se instalar efetivamente a partir de 1915:

*Uma cidade modesta, sem luxo, sem exigencias e onde a vida está em relação com a situação economica da maioria, será em duvida mais adequada á localisação de um estabelecimento de instrução, destinado a ser frequentado por pessoas menos abastadas e ja muitas vezes, sobrecarregados com a responsabilidade da familia. Bem poucos escaparão a esta regra, geral, porquanto, presume-se que não são ricas as pessoas que se dedicam ao curso das Escolas Normaes, para habilitarem-se ao magisterio publico primario, cujos vencimentos são ainda tão escassos, para não dizer insufficientes á manutenção decente do professorado. Uberabinha oferece todas estas vantagens, não só ao Governo para a construcção do predio e manutenção do corpo docente, como aos alumnos pela facilidade da vida (CHRISTIANISMO e industria. O Progresso. Uberabinha, MG, ano 5, nº 245, 29/06/1912, p.1).*

Observe-se também na reportagem seguinte as referências ao primeiro Grupo Escolar mencionado acima, sugerindo que a Escola Normal pudesse ser estabelecida no mesmo edifício, o que facilitaria a formação do(a) normalista. Ao final, a reportagem elogia a prática e a convivência: observe-se aí o destaque à experiência como constituinte na formação do normalista.

*A ocasião é mais que propicia. O governo do inclito cidadão Julio Bueno Brandão, pondo em evidencia a sua patriotica promessa, vae mandar construir o edificio para n'elle funcionar o Grupo Escolar. Pois bem, se a escola normal aqui fosse estabelecida, bem podia um e*

*outra ficar no mesmo edificio; questão era só dependente do tamanho do mesmo edificio. Esta junção, além de tudo, era de grande vantagem pratica, porque os alumnos da escola normal praticariam no grupo, desse modo, adquiriam a pratica precisa, alias reclamada pela forma porque ora se administra o ensino intuitivo. Ser normalista não é ser professor. Entre um e outro vai uma enorme distancia. Nada mais difficil do que saber-se transmittir o ensino as creanças, e para conseguir-se este desideratum é indispensavel o auxilio fecundo e poderoso da pratica. Um dos problemas mais complexo que se apresenta ante os olhos do mestre é saber conhecer a indole da creança para poder combater-lhe os defeitos. De uma escola normal pode sahir um sabio, mas nunca um professor, um mestre; é na pratica, é na convivencia com ás creanças que está a formação do professor, do mestre. Partindo destes principios incontestaveis, somos do parecer que o curso normal fosse auxiliado pelo curso pratico, ambos marchando paralellamente, como acontece na medicina[...]. Ahi fica a ideia digna de ser acolhida pelo governo, resultando de tao patriotico acolhimento, a prosperidade intellectual e material de Uberabinha (A INSTRUCCÃO em Santa Maria. O Progresso, Uberabinha, MG, ano 5, nº 246, 06/07/1912, p.1).*

Também de 1912 é uma reunião ocorrida na cidade de Araguari, MG, próxima a Uberlândia, tendo em vista socializar interesses dos professores em termos de reivindicação:

*Representaram-se naquela reunião quasi todos os jornaes da zona, tendo sido o progresso [trata-se do jornal já referido] representado pelo professor Honorio Guimarães. Foram votadas diversas medidas tendentes a beneficiarem o ensino, melhorando a situação financeira dos professores que percebem actualmente a percepção de um minguido vencimento[...]. Acompanhando com interesse este movimento dos professores, pomos esta folha ao serviço de sua nobre causa e confiamos em que o governo saberá considerar as resoluções iniciadas por estes benemeritos funcionarios, acoroçoando- os com o argumento de vencimentos pois o ordenado dos professores em Minas, é simplesmente uma ninharia, cento e poucos mil reis de ordenado para um professor é um escarneo (INTERESSES locais. O Progresso. Uberabinha, MG, ano 6 nº 266, 23/11/1912, p. 1).*

Também representantes da cidade de Uberaba, MG, se fizeram presentes no referido jornal de Uberabinha, em 1914, em defesa de uma Escola Normal na referida cidade, argumentando sobre o seu papel civilizador: “Além d’isso esta é uma medida que não comporta adiantamento de resolução, em vista de estar a nossa pobre juventude privada de annos desse estabelecimento secundario de ensino, com prejuizos até para a civilisação, o que é tanto prejudicial aos foros de uma cidade importante como é Uberaba (CONTROVERSAS II. O Progresso. Uberabinha, MG, ano 7, nº 333, 07/03/1914, p.1).

Adentrando-se nas reportagens do jornal, *A Tribuna*, em 1920 presencia-se uma adensada crítica às escolas normais:

*As nossas escolas normaes, tanto as do Estado como as equiparadas, umas com certo rigor e methodo, outras frouxamente, vão ministrando aos alumnos o conhecimento do programma official. Mas isso está ainda tão longe de um curso de professores, como o estudo em Gymnasio esta de um curso de medicina ou advogacia. Disse muito bem o dr. Arthur Bernardes: ‘Nossas escolas normaes ensinam dissiplinas, mas não ensinam a ensinar, de sorte que a normalista pouco differe de um preparatorio ou bacharel de Gymnasio, mas não é uma educadora’ (A Tribuna, Uberabinha, MG, ano I, nº42, 27/06/1920, p.1).*

Tal avaliação, ainda que genérica, demonstra uma crítica centrada na ineficiência do curso de formação de professores. Mas a reportagem continua:

*Para remover esse incoviniente, foram estabelecidos em épochas diversas, os seguintes melhoramentos: a) Pratica profissional; b) Cadeira de Pedagogia; A primeira deixa muito a desejar. Grandes turmas de alumnas percorrendo durante um anno – o 4º anno – classes primarias, tocando a cada alumna talvez uma semana de exercicio effectivo, é tudo o que há de pratico, e os alumnos decoram pontos reduzidos; desses que andam pelas livrarias e papagueiam, numa dolorosa impotencia de raciocinio deante de uma classe que acha muito divertida aquella repetição por palavras da pagina que tambem elles sabem de cór. Incapaz de esclarecer qualquer ponto que tenha relação com o dia, adstricta a que decorou na occasião, a alumna mestra atira-se logo ás perguntas, que livram de um grande peso. O exame de pratica profissional não póde ter uma fiscalisação efficiente: todas as alumnas tem classes, que regem conjunctamente, em salas diversas, e o dom de ubiguidade não está, infelizmente espalhado no corpo de fiscaes (A Tribuna, Uberabinha, MG, ano I, nº42, 27/06/1920, p.1).*

Em referência à cadeira de Pedagogia, o próprio texto jornalístico evidencia uma consciência sobre o seu papel:

*A cadeira da Pedagogia, sem a qual todo curso normal não seria um curso de professor, também não póde produzir fructos, isso porque não existe no Estado quem se tenha aprofundado no estudo de materia tão difficil e complexa, que se relaciona intimamente com a biologia, a sociologia a psycologia, etc. Em geral, os professores adoptam um pequeno compendio, de Bittencourt ou outro qualquer, e a cadeira que devia ser a alma, a directriz de todo o curso se transforma apenas em uma sobre carga para a memoria. Dar, pois, uma feição mais pratica ao ensino normal é um dever da administração, e essa reforma já estaria feita, segundo affirma a mensagem, si o ex-*

*secretario do Interior, não tivesse privado Minas de suas luzes, reclamadas pelo Governo Federal, no qual é evidentemente uma figura sympathica e acabada. O dr. Affonso Penna Junior, seu intelligente e illustre sucessor, que tão grande carinho tem mostrado para com as causas do ensino, já vem estudado a magna questão do preparo efficiente do professor primario e em breve, será realizada a reforma. E' o que se deduz da mensagem. 'Sel-o-á, porém, ainda este anno e obedecera a preocupação de dar ao curso normal o character profissional, que só tem tido em nome'. E' uma dolorosa verdade, que folgamos ver exposto pelo sr. Presidente do Estado: o seu reconhecimento por parte de s.Exa. implica por si só no proposito definitivo de fazer cessar o mal.. Agora que a carreira do professor publica está vedado aos não normalistas é tempo já de darem as escolas normaes e equiparadas professores de verdade. O benemerito Presidente e seu digno auxiliar da Secretaria do Interior estão, pois, empenhados em que a reforma projectada torne o ensino normal pratico e eficaz. Uma das medidas alvitradas é a fiscalização permanente, pois que a que se effectiva na ocasião dos exames é incompleta e ineficaz: serviu para orientar o corpo docente dos estabelecimentos de ensino. E sem fiscalização, nem é preciso repetir, não há serviço publico perfeito (A Tribuna, Uberabinha, MG, ano I, nº42, 27/06/1920, p.1).*

Em comentário ao posicionamento do Presidente de Goiás, em 1922, o jornal em pauta noticia relativamente à significação do professor:

*A 13 do mez que se findou, ao Congresso Goyano foi entregue a mensagem do seu actual presidente o illustre sr. Eugenio Jardim. Vasada em estylo simples e de muita clareza, tivemos o conhecimento de alguns topicos desse importante documento pelas columnas do nosso colega O Democrata, interessando-nos o capitulo sobre instrucção. O nosso gestor dos destinos Goyanos diz que, por mais cuidados que ao governo mereça o aparelhamento escolar, por mais bem orientados que sejam os espaços tendentes ao melhoramento da educação popular, as dificuldades, os tropeços, surgem aqui e ali, ora resultantes da vastidão territorial, por onde está dessiminada população relativamente diminuta, ora da falta de professorado idoneo, ora ainda da carencia e quasi impossibilidade de fiscalização techinica, que só é eficiente, quando o fiscal, versado no assumpto em que encidem as suas atribuições, pode subministrar ao professor a orientação de que este merece (A MENSAGEM do Presidente de Goyaz A Tribuna. Uberabinha, MG, ano III, nº 142, 04/06/1922, p. 1).*

Em conclusão, embora se encontrem, por vezes, tons laudatórios à política educacional mineira no tocante a tal tema, as defesas em favor da Escola Normal e as críticas à formação do professor estruturada pelas mesmas são uma constante na imprensa uberlandense: avaliações das

escolas normais como transmissoras de conteúdos disciplinares, porém sem diferir de um curso preparatório ou de curso ginásial; problemas relativos à aprendizagem da prática profissional exercitada por ocasião do período formativo; deficiências na formação que a disciplina *Pedagogia* propicia, referindo-se especialmente aos seus conteúdos vinculados à Biologia, Psicologia e Sociologia. Em suma, reclama-se de uma formação eficiente e prática em vista da formação do profissional da educação escolar, bem como tons críticos à falta de competência teórica.

#### Referências bibliográficas

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ERASMO, Desidério. De Pueris. *Intermeio* (Revista da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Campo Grande, MS, 2(3): 7-60, 1996, (encarte especial).

LA SALLE, Jean Baptiste de. *Conduite des écoles*. In Oeuvres Complètes. Roma: Frères des Écoles Chrésiennes, 1993, p. 597-729.

LUTERO. *Educação e Reforma*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

#### Fontes:

MINAS GERAIS. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho*. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

MINAS GERAIS. *Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883*. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.

MINAS GERAIS. *Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1.o de junho de 1888*. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888.

MINAS GERAIS. *Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por ocasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente da provincia, dr. barão de Camargos*. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1889

*O Progresso*, Uberabinha, MG (editado entre 1907 e 1914).

*A Tribuna*, Uberabinha, MG (editado entre 1919 e 1942).